

O COOPERATIVISMO E A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA ABORDAGEM DENTRO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Leandro Torino da Silva¹
Jéferson Soares Damascena²

Fundação Unitrabalho
Relato de experiências em economia solidária (5).

RESUMO

Este trabalho faz uma discussão sobre o cooperativismo através dos princípios da Economia Solidária, temática que aponta para uma nova estrutura social, onde os conceitos sobre desenvolvimento capitalista se diferem, propondo, principalmente, novas alternativas econômicas, ou seja, uma nova forma de desenvolvimento econômico. Através da Economia Solidária, é possível à sociedade o equacionamento de problemas que há muito desafiam as diversas áreas sociais, científicas, tecnológicas, políticas e econômicas. A organização de empreendimentos econômicos solidários permite uma outra forma de inclusão dos trabalhadores, de forma organizada e autogestionária, considerando os aspectos sociais da realidade brasileira, nas esferas nacional, regional e local. Neste sentido, as cooperativas de reciclagem, organizadas dentro dos princípios da Economia Solidária é uma alternativa de emprego, renda e inclusão profissional para os trabalhadores das cidades. Deve-se considerar ainda, que a destinação final dos resíduos sólidos se constitui como um dos principais desafios ambientais para a sociedade, requerendo ações objetivas e práticas para a sua solução. Neste contexto, a reciclagem se mostra como alternativa a esta questão ambiental, principalmente pela geração de trabalho e renda. Na cidade de Maringá/PR foram realizadas iniciativas através do Núcleo Local da Fundação Unitrabalho, que orientou a criação de cooperativas de reciclagem, através dos princípios da Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Trabalho; Reciclagem.

INTRODUÇÃO

Segundo Singer (2002), as transformações ocorridas no mundo do trabalho e na organização econômica do Brasil estão desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. Os processos resultantes da globalização da economia têm proporcionado diversas mudanças no mundo do trabalho. Dentre essas mudanças, estão a flexibilização das relações de emprego, elevação dos níveis de desemprego e exclusão de considerável parcela de trabalhadores.

A partir da década de 1970 a sociedade brasileira sofreu rápidas e profundas transformações, caracterizadas principalmente pelo grande desenvolvimento tecnológico alcançado nos setores industrial e agrícola. Como consequência destas mudanças, a classe

¹ Tecnólogo em Meio Ambiente - Saneamento, Especialista em Gestão e Auditoria Ambiental, Fundação Unitrabalho, torino941@hotmail.com.

² Jéferson Soares Damascena, Administrador, Unisol, jefersonsd@yahoo.com.br.

trabalhadora foi atingida, elevando o número de desempregados e causando modificações no modo de vida do trabalhador e de sua família.

Segundo Carreteiro (2002), esta situação acaba gerando uma exclusão, que pela desigualdade de bens e padrões de consumo, afeta o bem-estar dos indivíduos de baixa remuneração, onde uma minoria conta com amplas possibilidades na aquisição de bens. Esta desigualdade afeta o crescimento e a distribuição de renda, que está relacionada diretamente com a composição dos gastos públicos na educação e na saúde, ocasionando a desigualdade do capital humano.

Uma alternativa para a inclusão desses trabalhadores novamente ao mercado de trabalho se daria pelos princípios da economia solidária e da autogestão. Este modelo de economia busca uma sociedade onde predomine a igualdade entre os membros, preponderando a cooperação ao invés da competição.

A Economia Solidária nos âmbitos Econômico, Social e Cultural

A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980, tomando impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990, resultando dos movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa iniciada em 1981, e que se agravou com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990, conforme Singer (2000).

Segundo Eid (2004), a questão da organização empresarial cooperativa e solidária enquanto alternativa à empresa capitalista não é recente, surge no início do século XIX na Europa com características ideológicas e filosóficas de autogestão, democracia interna e autonomia. No entanto, muitas perderam esses valores essenciais ao longo do tempo tornando-se semelhantes às empresas capitalistas onde a subordinação das relações de trabalho é uma característica marcante e a cultura é fortemente enraizada na relação de subalternidade. A partir da década de 80 verifica-se no Brasil a retomada do cooperativismo com uma nova conotação, dentro do conceito de Empreendimento Econômico Solidário e da Economia Solidária.

Conforme citado por Gaiger (2003), as organizações que surgem no contexto de economia solidária, denominadas empreendimentos econômicos solidários (EES), compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, a procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da

produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. Apresentam-se sob a forma de associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem.

Segundo Souza, (2003), os empreendimentos comunitários, quando isolados, são muito frágeis. Esses grupos carecem ainda de apoio institucional sistemático de agências externas e também do trabalho voluntário de simpatizantes e militantes de movimentos sociais.

Apesar disso, o entusiasmo e o empenho manifestado não ficam sem recompensa e o caráter revolucionário da economia solidária abre-se como uma perspectiva para superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão conforme salienta Singer (2003):

Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres - sobretudo mulheres e negros, vítimas de discriminação por gênero e raça - a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no coletivo.

De acordo com Magalhães e Todeschini (2003), novas interpretações analisam as possibilidades da economia solidária não mais como uma ação pré-política, mas como embriões de novas formas de produção, de organização de trabalho, do mercado ou mesmo de uma economia alternativa. Em síntese, as possibilidades da economia solidária apresentam grande potencial de ampliação das possibilidades de geração de novas oportunidades de trabalho, maior democratização da gestão do trabalho, maior valorização das relações humanas e também apresenta ser um caminho viável para distribuição de renda.

Segundo Lisboa (2005), a novidade, a força e o diferencial da economia solidária gira em torno da idéia de “solidariedade”, incorporando a solidariedade fazendo dela o centro da atividade econômica. Conforme Souza (2003), os empreendimentos solidários constituem espaços de sociabilidade e até de terapia ocupacional.

Para Tiriba (2003), há a necessidade de se refletir sobre a possibilidade da constituição de uma nova cultura do trabalho, onde as relações seriam caracterizadas pelas perspectivas de valor de uso e não de troca, em que o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito criador de si mesmo e da história. Seria uma cultura de negação a figura do patrão, dos ritmos e das intensidades impostos pelas máquinas, da satisfação de

trabalhar “sem patrão”. Segundo Souza (2003), a característica marcante das experiências com economia solidária, é que as pessoas nele engajadas distribuem entre si a renda, fruto do trabalho coletivo.

Para Singer (2002), a solidariedade da economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Ou seja, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, o mesmo direito de voto em todas as decisões.

Economia Solidária - Atuação Local

A economia solidária não é a única opção de sobrevivência das classes trabalhadoras e das camadas mais pobres. Porém, se observa que a ajuda mútua e organizacional é de vital importância para a sua sobrevivência; sendo uma alternativa viável para a re-inclusão de trabalhadores; em diversas áreas econômicas e de produção, tais como: artesanato, prestação de serviços, culinária, costura, confecções, reciclagem, e outras.

Segundo Eid (2004), a principal diferença entre empreendimentos autogeridos e empresas capitalistas reside de que nos primeiros, a preservação dos postos de trabalho é prioridade em relação à busca do excedente econômico crescente. Entende-se que se a maximização do excedente não é o motor do empreendimento, este deve servir à sobrevivência e ao desenvolvimento do empreendimento coletivo dos que nela trabalham.

De acordo com Singer (2002), cada um desempenha uma função que em conjunto alcança o resultado completo para o funcionamento da organização; que se caracteriza então, como um modo de produção e distribuição de renda alternativa ao capitalismo.

Conforme Singer e Gonzalez (1998), neste contexto, o cooperativismo popular ou de trabalho é uma das alternativas para resgatar a cidadania e possibilitar especialmente aos trabalhadores desempregados viabilizar um projeto de geração de renda e inclusão social.

Apesar e paralelamente às políticas públicas que visam uma maior inserção dos cidadãos nas decisões, surgem nos meios acadêmicos, trabalhos de apoio, assessoria e acompanhamento a esses empreendimentos, traduzidos em redes, como o Núcleo Local/UEM da Fundação Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Movimentos Sociais). Estas instituições têm se dedicado à incubação e gestão

de iniciativas populares. A universidade, ao inserir-se nestas redes e abrigar estas ações, resgata o seu compromisso para com a sociedade que a mantém. As ações desenvolvidas objetivam proporcionar aumento de trabalho e renda aos trabalhadores excluídos da região de Maringá, contribuindo para a redução dos índices de desigualdades sociais e, mais particularmente, da erradicação dos bolsões de pobreza e fome. Entende-se que as ações desenvolvidas pelos núcleos da Unitrabalho, especialmente na cadeia da reciclagem, permitem expandir a incubação de empreendimentos solidários, contribuindo com a solução de destinação final do lixo, conforme afirmam Vaz e Cabral (1993), que a melhor solução para a destinação final do lixo é ter menos lixo; a reciclagem é indispensável.

Diante disso, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), sente a necessidade de intensificar a presença efetiva e continuada junto a essas organizações dos trabalhadores, na área da formação cooperativa, assessoria, pesquisa e incubação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Calderoni (2003), as questões relativas à geração e destinação final dos resíduos sólidos urbanos são amplamente estudadas e discutidas por diversas áreas do conhecimento, notadamente pela saúde pública, ecologia, economia, educação e sociologia. O crescimento populacional verificado nos últimos anos é apontado como uma das causas para o aumento acentuado da produção de resíduos sólidos. A maneira pelas quais diversos produtos foram criados, desenvolvidos e aperfeiçoados, contribuindo para a modificação das suas características biológicas, físicas e químicas, também é um fator relevante. Apesar de os produtos que originam os resíduos serem fabricados a partir de recursos naturais, muitos não são degradados pela natureza devido ao alto grau de transformações e processamentos a que foram submetidos.

Desta forma, torna-se imediato o equacionamento da questão, contemplando os aspectos ambientais, sociais, e de saúde pública, bem como as formas de gestão, de acordo com as novas realidades tecnológicas que exigem soluções modernas, eficientes e eco-compatível com a participação e o envolvimento social.

Conforme citado por Mello (1981), a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos são soluções indispensáveis, por permitir a redução do volume de lixo para disposição final em aterros e incineradores. Não é a única forma de tratamento e disposição: exige o complemento de outras soluções. O fundamento deste processo é a separação, pela população, dos materiais recicláveis (papéis, vidros, plásticos e metais) do restante do lixo, que é destinado a aterros ou usinas de compostagem. Consórcios intermunicipais possibilitam economias de escala, com ações conjuntas entre prefeituras. Tão importante

quanto o investimento, é o papel do governo municipal como articulador junto à sociedade e outros governos.

A coleta seletiva criou condições técnicas para a implantação de uma usina de compostagem na cidade, pois boa parte do material inorgânico (metais, vidros, etc.) já é separada, reduzindo os custos de operação da usina. Os resultados da coleta seletiva demonstram que os maiores beneficiados por esse sistema são o meio ambiente e a saúde da população. A reciclagem de papéis, vidros, plásticos e metais - que representam em torno de 40% do lixo doméstico - reduzem a utilização dos aterros sanitários, prolongando sua vida útil. Se o programa de reciclagem contar, também, com uma usina de compostagem, os benefícios são ainda maiores. Além disso, a reciclagem implica uma redução significativa dos níveis de poluição ambiental e do desperdício de recursos naturais, através da economia de energia e matérias-primas.

Em termos econômicos, a coleta seletiva e reciclagem do lixo doméstico apresentam, normalmente, um custo inferior em comparação a métodos como incineração, e mesmo os lixões (considerando-se em médio prazo). Iniciativas comunitárias ou empresariais podem auxiliar a prefeitura, e, até mesmo, produzir benefícios para as entidades ou empresas. De qualquer forma, é importante notar que o objetivo da coleta seletiva não é gerar recursos, mas reduzir o volume de lixo, gerando ganhos ambientais. É um investimento no meio ambiente e na qualidade de vida, com ganhos ambientais, sociais e econômicos da coletividade. Em curto prazo, a reciclagem permite a aplicação dos recursos obtidos com a venda dos materiais em benefícios sociais e melhorias de infraestrutura na comunidade que participa do programa, também podendo gerar empregos e integrar na economia formal.

No aspecto político, além de contribuir positivamente para a imagem do governo e da cidade, a coleta seletiva exige um exercício de cidadania, no qual os cidadãos assumem um papel ativo em relação à administração da cidade. Além das possibilidades de aproximação entre o poder público e a população, a coleta seletiva pode estimular a organização da sociedade civil.

Segundo Pereira-Neto (1999), os principais materiais com potencial de reciclagem são o papel e papelão (incluindo as embalagens longa vida), isopor, plásticos (todos os tipos), metais e vidros (inclusive os cacos); apontando como principais benefícios da reciclagem dos resíduos sólidos: Aumento da vida útil dos aterros sanitários municipais; redução da exploração dos recursos naturais; aumento das oportunidades de fortalecer organizações comunitárias e das cooperativas de catadores de materiais recicláveis; gera emprego e renda para os trabalhadores pela comercialização dos recicláveis; redução de

gastos com a limpeza urbana e reduz custos de produção, com o aproveitamento dos recicláveis pelas indústrias. De acordo com Lima (2006), observa-se que de tudo que é jogado diariamente no lixo, pelo menos 45% poderia ser reciclado ou reutilizado, e outros 35%, serem transformados em adubo orgânico.

Um dos aspectos fundamentais da reciclagem, além da consciência ecológica, é o fator social. A coleta de material reciclável é, muitas vezes, a única fonte de renda de vários trabalhadores e suas famílias. Com isso, as ações apoiadas e desenvolvidas junto às cooperativas atendidas pelo Núcleo Local da Unitrabalho, são fortalecidas. Estas ações ocorrem no sentido do desenvolvimento do potencial criador de emprego e renda, através da coleta seletiva e conseqüente reciclagem de material, oferecendo conhecimentos técnico-científicos, de gestão e administrativos para que os trabalhadores das cooperativas possam adquirir competência e capacitação para melhor explorar e obter retornos com a reciclagem dos resíduos sólidos.

Segundo Paul Singer (2004), este desenvolvimento pode ser compreendido através do seu significado, que:

Entendemos por desenvolvimento um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

O desenvolvimento aqui almejado é o da comunidade como um todo, não de alguns de seus membros apenas. Por isso ele não pode ser alcançado pela atração de algum investimento externo à comunidade. O investimento necessário ao desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda, de modo que todos possam ser donos da nova riqueza produzida e beneficiar-se dela. Não se trata tampouco, de estimular pela competição o empreendedorismo individual, que, inevitavelmente, traz consigo a divisão da comunidade em ganhadores e perdedores.

De acordo com Gaiger (2004), ao fazermos o resgate histórico das experiências solidárias e autogestionárias verificamos que na história do capitalismo sempre existiram movimentos sociais dos trabalhadores organizados ou espontâneos de resistência aos modelos de concentração da renda e do poder. Estas experiências têm sido marcadas pelo isolamento, existência efêmera e servem notadamente como espaços de sociabilidade e com pouca repercussão para a gestação de uma economia do trabalho que pretenda se tornar uma alternativa concreta ao modo de produção capitalista.

Neste sentido, segundo Rech (2000), é preciso resgatar a capacidade de

interação e buscar novas formas de fazer funcionar os mecanismos que efetivamente compreendam as relações humanas e consigam fazer uma síntese entre as inevitáveis contradições vinculadas ao comportamento pessoal, à subjetividade, às diferenças existentes entre os participantes destas iniciativas coletivas. Ou seja, é necessário saber administrar as diferenças no grupo, preservando as aspirações e possibilidades individuais, porém realizando seus anseios no compasso exigido pela cooperação.

METODOLOGIA

As atividades propostas para o acompanhamento ocorrem a partir da atuação junto às cooperativas de reciclagem e outros empreendimentos similares, a fim de obterem conhecimentos e tecnologias para seu fortalecimento, como instituições em vias de emancipação e autonomia administrativa e financeira.

O método pedagógico praticado se dá por meio de um processo de construção dialógico e participativo entre os membros da equipe orientadora, entre os trabalhadores do grupo atendido, e entre a equipe orientadora e os trabalhadores, visando a união e troca dos saberes acadêmicos e os saberes populares, a compreensão da visão sistêmica de um empreendimento, o estímulo à formação da identidade de grupo, democracia interna e sua autonomia frente aos orientadores e assessores e a prática gerencial e de decisão durante a dinâmica dos fatos e acontecimentos do ambiente do empreendimento.

Segundo Culti (2002), o processo de incubação dos empreendimentos, assim como o assessoramento proposto apresenta determinadas fases que incluem o levantamento e mapeamento da trajetória ocupacional e pessoal dos interessados, bem como os objetivos e motivos de cada interessado para a formação do empreendimento; a formação do grupo beneficiário; a discussão sobre o cooperativismo e associativismo em relação à empresa privada; a avaliação de alternativas e decisão da atividade fim do empreendimento, tais como: pesquisa de mercado, concorrentes, pré-projeto econômico-financeiro, avaliação sobre a possibilidade de parceria; avaliação sobre a possibilidade de inserção em cadeia produtiva, assim como em Planos e Políticas de desenvolvimento local e regional; a capacitação técnica e administrativa; elaboração de Estatuto, elaboração de Regimento Interno, incluindo a legalização do empreendimento; acompanhamento sistemático ou assessoria pontual para inserção e manutenção do empreendimento no mercado e sua conquista de autonomia; e avaliação do grau de autonomia do grupo.

Tendo em vista estas fases, as finalidades são específicas no sentido de atender as fases de avaliação de alternativas e decisão da atividade fim do empreendimento, entendendo aqui a possibilidade de introdução de técnicas mercadológicas de comunicação

e tecnologia de reciclagem de resíduos sólidos.

Também acontecem avaliações sobre a possibilidade de parceria; avaliação sobre a possibilidade de inserção em cadeia produtiva, assim como em Planos e Políticas de desenvolvimento local e regional; e de modo bem específico à capacitação Técnica e capacitação Administrativa.

O sistema de acompanhamento compreende reuniões periódicas de avaliação com a equipe visando reavaliar as ações executadas e direcionar novas ações e práticas; avaliação continuada com os participantes sobre a relevância da experiência no contato concreto com a realidade e o desenvolvimento de habilidades e competências para lidar com os limites da realidade, propondo formas de desafiá-los; avaliações constantes do progresso na adoção da coleta seletiva para reciclagem de resíduos sólidos, particularmente quanto ao incremento de renda proporcionado pela comercialização dos materiais reciclados; produção de material científico pelos envolvidos no processo (docentes, discentes e técnicos) e verificação do impacto social através da participação efetiva do público-alvo (população e cooperados) nas atividades propostas.

A atuação do Núcleo Local da Fundação Unitrabalho/UEM tem enfatizado a autogestão como forma de inclusão social dos trabalhadores. Entretanto, devido o baixo nível escolar e de conhecimento dos mesmos, as ações se desenvolvem de acordo com o ritmo de aprendizado de cada um, com o surgimento de lideranças espontâneas que passam a ocupar postos de direção e condução dos trabalhos sem, contudo, perder o foco de suas origens, mantendo-se integrado ao grupo que pertence. Para que o desenvolvimento continue a acontecer se faz necessário investir tempo na formação humana, repassando conhecimentos aos trabalhadores para consolidar a organização estabelecida.

Diante disso, o Núcleo Local da Fundação Unitrabalho/UEM sente a necessidade de intensificar a presença efetiva e continuada junto a essas organizações de trabalhadores, na área da formação cooperativa, assessoria, pesquisa e incubação.

Pretende-se dar continuidade aos trabalhos com cooperativas populares, desenvolvendo e consolidando tecnologias sociais propriamente ditas, que levem em conta o contexto sócio-econômico e cultural em vista de um desenvolvimento solidário e sustentável, a redução das desigualdades sociais e o combate à fome. Para isso disponibiliza seu quadro de professores, técnicos e acadêmicos que já atuam com pesquisa e ensino na área do trabalho, do cooperativismo e dos movimentos sociais.

A relevância acadêmica do trabalho reside assim, na interação dos saberes e na possibilidade de integrar Ensino, Pesquisa e Extensão.

DESENVOLVIMENTO - Resultados e Discussões

Os empreendimentos são acompanhados sistematicamente, através de visitas semanais de técnicos, acadêmicos e professores, que trabalham na organização contábil, administrativa, jurídica, técnica, de relações inter-pessoais e psicológicas dos trabalhadores (cooperados e associados). Com essa prática constante, tem-se a expectativa que os trabalhadores possam se desenvolver como empreendedores, a fim de obterem a autonomia e independência econômico-financeira e social.

As ações desenvolvidas até o presente momento, incluindo a realização de reuniões de conscientização com os trabalhadores dos empreendimentos de reciclagem de resíduos sólidos, totalizaram a participação de aproximadamente 150 pessoas (trabalhadores/as, professores/as, técnicos/as e estagiários/as).

Além disso, foi elaborado um vídeo de orientação sobre a separação dos resíduos sólidos urbanos, no qual os protagonistas foram os próprios trabalhadores com orientação e treinamento oferecido pelos técnicos do Núcleo Local da Fundação Unitrabalho/UEM, além dos acadêmicos participantes. O material áudio visual foi editado e encontra-se em fase de multiplicação de cópias que serão utilizadas para novos treinamentos junto aos empreendimentos atendidos, além de possibilitar a disseminação das técnicas de reciclagem para outros empreendimentos.

Foi elaborada uma cartilha sobre a reciclagem do vidro, contendo fotografias e ilustrações coloridas, orientando sobre os tipos de vidro bem como sua nomenclatura, com a finalidade de proporcionar aos trabalhadores um material didático de fácil assimilação para que desenvolvam a habilidade de reciclar vidro.

As atividades desenvolvidas junto aos empreendimentos proporcionaram efetivo incremento de renda aos trabalhadores. Foram elaborados quadros comparativos demonstrando os ganhos com a reciclagem de resíduos (em especial vidro e plástico), onde a variação do aumento de valor obtido nas vendas do material se deu na faixa de 40% a 400%, demonstrando claramente a viabilidade da coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos urbanos como alternativa de trabalho e incremento de renda aos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária constitui-se como um setor econômico relativamente novo e dinâmico, que desafia a Universidade não só como um novo tema de investigação, mas como um campo multidisciplinar que coloca problemas novos para as diversas áreas científicas e tecnológicas. Um aspecto, parte desse mesmo processo, diz respeito ao fato de

que as atividades desenvolvidas pelo Núcleo Local da Fundação Unitrabalho/UEM permitem sensibilizar os professores, técnicos e alunos da Instituição para os aspectos sociais da realidade brasileira (nacional, regional e local) complementando a formação dos profissionais, ampliando suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e reafirmando o compromisso social da Universidade para com a comunidade. As atividades desenvolvidas pelo Núcleo Local da Fundação Unitrabalho/UEM têm atuado diretamente na organização de trabalhadores menos favorecidos, sejam eles do setor alimentício, artesanato, confecção e, particularmente, da reciclagem, oriundos da coleta em lixões ou da coleta nas ruas.

Através do processo de desenvolvimento de cooperativas e associações economicamente solidárias e autogestionárias, as propostas são conferir aos trabalhadores o desenvolvimento humano integral, a inclusão social, a educação ambiental e a geração de trabalho e renda, fatores que contribuem para o crescimento e desenvolvimento de sua cidadania.

Neste sentido, o trabalho realizado pelo Núcleo Local da Fundação Unitrabalho/UEM, visa, dentre outras, a consolidação da Coleta Seletiva e da Reciclagem no município de Maringá e região.

Pretende-se incrementar as ações tanto junto aos trabalhadores, como também junto à população regional, através da melhoria da qualidade de vida de ambos e, especificamente, proporcionando aos trabalhadores acesso ao conhecimento para seu desenvolvimento pessoal e profissional, esperando melhorar sua produtividade e oferecendo-lhes infra-estrutura apropriada, através de equipamentos e local de trabalho que proporcionem ambiente agradável e adequado às necessidades operacionais de coleta e reciclagem de resíduos sólidos. Objetiva-se assim o incremento da qualidade, agregando valor aos materiais e, como consequência, acréscimo de renda, proporcionando a inclusão econômica destes trabalhadores e seus familiares, reduzindo as diferenças ocasionadas pela má distribuição de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**, São Paulo: Editora Humanitas - FFLCH - USP, 2003.

CARRETEIRO, T. C. A Doença como projeto - Uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

CULTI, M. N. **Reflexões Sobre Incubagem de Empreendimentos Coletivos e seus Limites**. 1º Conferência Nacional de Economia Solidária da Rede Unitrabalho. São Paulo, 2002.

LIMA, Beatriz. **Reciclagem de lixo: Exercício de cidadania**. In Revista Direcional Condomínios, 2006. Disponível em: <<http://www.direcionalcondominios.com.br>>. Acesso em 25/06/07.

MELLO, M.R. **Limpeza urbana: administração e aproveitamento dos resíduos urbanos**, Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1981.

PEREIRA-NETO, J.T. **Quanto vale o nosso lixo. Projeto Verde Vale**, Viçosa: Ação e Promoção, 1999.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

SINGER, P. (Prefácio) GONZALEZ, Paul (Org.); et al. **Empresa Social e Globalização - Administração Autogestionária: Uma Possibilidade de Trabalho Permanente**. São Paulo: ANTEAG, 1998, 145 p.

Singer, P. **Desenvolvimento: Significado e Estratégia. Texto** para discussão. SENAES, Brasília, 2004.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Cooperativas são empresas socialistas**. Publicação Fundação Unitrabalho, Ano 03, nº 10, 2000.

SINGER, PAUL. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER P. SOUZA A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Economia Contexto, 2000.

SINGER, PAUL. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VAZ, José Carlos e CABRAL, Cristina C. **Coleta seletiva e reciclagem do lixo**. Dicas nº. 1, 1993. Disponível em: <<http://www.federativo.bndes.gov.br/dicas>>. Acesso em 25/06/07.